

**33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT 18: Elites e instituições políticas**

**Elites universitárias no campo da Ciência Política brasileira contemporânea:  
elementos metodológicos para uma análise da produção acadêmica**

**Fernando Leite**

**Adriano Codato**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

## **33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

### **GT 18: Elites e instituições políticas**

**26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu/MG**

#### **Elites universitárias no campo da Ciência Política brasileira contemporânea: elementos metodológicos para uma análise da produção acadêmica**

Fernando Leite ([ferngutz@gmail.com](mailto:ferngutz@gmail.com)) é mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual manifesta sua gratidão por financiar a pesquisa em que este trabalho se insere.

Adriano Codato ([acodato@ufpr.com](mailto:acodato@ufpr.com)) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e Editor da Revista de Sociologia e Política.

**Fernando Leite**

**Adriano Codato**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

## RESUMO

*O artigo apresenta e discute o método utilizado para analisar a produção acadêmica da área de Ciência Política entre 2004 e 2008. Nosso principal objetivo é torná-lo público, para depurá-lo a partir do escrutínio coletivo e para auxiliar outros pesquisadores do tema. O texto é composto da seguinte forma: (i) defendemos a necessidade do estudo científico, de preferência sociológico, da ciência política e das ciências sociais em geral, indicando como referência vários trabalhos de cientistas políticos americanos sobre a Ciência Política nos Estados Unidos e no mundo; (ii) apresentamos os elementos fundamentais – premissas, objeto, problema e escopo – da pesquisa sobre a Ciência Política brasileira contemporânea que conduzimos na Universidade Federal do Paraná e (iii) expomos e discutimos o método que adotamos para analisar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea. Essa exposição está focada numa discussão a respeito da definição dos periódicos a serem utilizados como representantes da produção acadêmica hegemônica; da eficácia dos indicadores escolhidos para identificarmos a hierarquia cultural e institucional do campo e numa descrição do procedimento de análise dos periódicos. Quanto à questão da eficácia dos indicadores, tratamos especialmente do Sistema Qualis: seria um indicador seguro para se tomar como critério de escolha de periódicos e como critério para medir a importância de periódicos e instituições acadêmicas? Nós pretendemos mostrar que sim.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *análise de produção acadêmica; método de análise; campo da Ciência Política brasileira; Qualis; Sociologia das Ciências Sociais; história da Ciência Política.*

### I. INTRODUÇÃO

A cada ano aprofunda-se o processo de institucionalização da Ciência Política brasileira. Embora mais nova que a Sociologia e a Antropologia no campo acadêmico brasileiro e com um campo de ensino e pesquisa menor, a Ciência Política apresenta um crescimento institucional e acadêmico vigoroso e proporcionalmente maior que dessas ciências sociais. A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), fundada em 1996, lançou em 2007 o periódico *Brazilian Political Science Review* (BPSR), o primeiro periódico nacional especificamente dedicado à área de Ciência Política e à divulgação da ciência política brasileira no exterior. Todos os indicadores acadêmico-institucionais pertinentes para se verificar o tamanho do campo de ensino e pesquisa da Ciência Política mostram-nos um crescimento vigoroso, reforçando a idéia de que a Ciência Política brasileira passa por um processo consistente de institucionalização acadêmica e de autonomização cultural<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf., a respeito, o número de grupos de pesquisa, de programas de pós-graduação, o número de pós-graduados formados anualmente, de matriculados (CAPES, 2009a; 2009b) e o número de linhas de pesquisa, de pesquisadores e de grupos de pesquisa (CNPq, 2009); só para mencionar alguns indicadores pertinentes.

O fato de que a área de Ciência Política vem ampliando-se e tornando-se institucionalmente mais sólida, enquanto a prática da ciência política adquire cada vez mais identidade no campo acadêmico, é algo que os próprios cientistas políticos percebem subjetivamente. Mas além disso é preciso chamar atenção à necessidade de os cientistas políticos e sociais analisarem o próprio desenvolvimento cultural e institucional de suas áreas de conhecimento. À medida que a ciência política se institucionaliza, torna-se cada vez mais necessário que seus membros conheçam sua história e suas condições de exercício; que tenham ciência dos fatores que influenciam sua prática científica e que condicionam o desenvolvimento geral da disciplina.

### *1.1. A necessidade do estudo científico da ciência política e das ciências sociais em geral*

A produção de conhecimento sobre a própria profissão poderia ser por si só um fim em si mesmo, já que se trata de um importante elemento da identidade e do prestígio de uma disciplina acadêmica ou de qualquer grupo social. Faz parte da própria natureza social dos grupos a celebração de seus valores e elementos em comum, o que é necessário tanto subjetivamente (pois confere sentido à vida dos indivíduos) como socialmente (pois favorece a coesão do grupo). Mas há pelo menos duas razões, mais substantivas, que afetam diretamente a prática científica, exigindo que submetamos o próprio campo acadêmico à análise científica – de preferência sociológica.

Em primeiro lugar, como bem mostrou Fernando Uricoechea (1982), a ciência, especialmente a social, não se desenvolve num ambiente fechado. Ao contrário do que gostaríamos, seu desenvolvimento não é produzido exclusivamente por meio de operações lógicas, do escrutínio empírico e do debate de idéias. O contexto social e institucional em que um campo acadêmico (incluindo-se aí o da ciência, das ciências sociais e da ciência política) insere-se influencia as condições de trabalho, de exercício da prática científica acadêmica. Não estamos sugerindo que o conhecimento acadêmico ou científico seja por isso uma construção social de conteúdo tão arbitrário quanto qualquer fantasia social ou subjetiva – ainda que aceitemos que fatores extra-científicos possam eventualmente limitar a objetividade da prática científica. Trata-se, simplesmente, de assumir que certas divisões teóricas, certa organização e divisão do trabalho acadêmico e científico, certos procedimentos burocráticos, certas políticas de gestão e de (des)incentivo da produção acadêmica e mesmo certos fenômenos políticos gerais podem favorecer ou desfavorecer o desenvolvimento cultural e institucional do campo

acadêmico. Positivamente, esses fatores externos podem estimular o desenvolvimento de uma área de conhecimento em todos os níveis. Negativamente, podem influenciar o desenvolvimento teórico de uma disciplina ao favorecer, por meio dos meios institucionais cabíveis (e geralmente por razões extra-científicas), certas orientações teóricas em detrimento de outras. No limite, podem mesmo sabotá-la pura e simples<sup>2</sup>.

Em segundo lugar, especificidades lógicas do objeto das ciências humanas geram importantes problemas metodológicos que exigem cuidados específicos por parte dos cientistas sociais. Como nas ciências sociais o objeto de estudo confunde-se com o observador, como o objeto não faz parte de uma ordem de realidade separada de nosso espírito, somos acometidos por obstáculos metodológicos complexos e *aparentemente* insuperáveis<sup>3</sup>. Um desses problemas é a influência que o objeto (seres humanos e suas práticas e cultura) pode exercer sobre o observador, influenciando ou mesmo controlando suas representações teóricas.

Assim, além dos cuidados metodológicos específicos exigidos em uma ciência cujo objeto de estudo não “explode” em nossas mãos quando cometemos um erro de cálculo, é preciso ser reflexivo. A reflexividade, neste caso, significa a capacidade de um agente social olhar para si mesmo de forma objetivante, no intuito de descobrir e trazer à consciência, ou, mais exatamente, de *revelar* os constrangimentos sociais que influenciam sua prática – em nosso caso, a prática científica (BOURDIEU, 2004; 1992, p. 36-46). É somente se os cientistas sociais tiverem consciência das forças sociais que influenciam suas idéias, teorias e sua pesquisa que eles poderão ter controle sobre essas forças e, assim, sobre sua própria prática científica. Se não fizerem isso, correm o sério risco de construírem uma imagem da prática dos agentes que reflete, na verdade, as forças sociais que os influenciam, e não a lógica que opera na prática – que é, afinal, a realidade que queremos entender. Ou pior, os cientistas sociais podem construir uma representação da ação conveniente aos interesses de nosso objeto de estudo. Nas ciências sociais, portanto, a reflexividade é uma condição metodológica para atingirmos o grau de objetividade que é possível atingir. Precisamos, assim, conhecer o funcionamento e os mecanismos sociais – internos e externos – que influenciam nossa produção científica.

---

<sup>2</sup> Como ocorreu, por exemplo, com a ciência política portuguesa durante o regime salazarista. Cf. a respeito, o trabalho de Manuel Villaverde Cabral (1982).

<sup>3</sup> Certamente, Max Weber (1949) foi o principal autor que chamou nossa atenção a esses problemas, e um dos que mais contribuiu para sua solução.

A Ciência Política americana parece ter percebido a importância de estudar sua própria história e a própria disciplina a partir do início da década de 1980. Como nota James Farr (1988), antes disso os trabalhos dedicados a reconstruir ou analisar a história da ciência política americana existiam, mas eram escassos<sup>4</sup>. Os livros de Collini, Winch e Burrow (1983), Finifter (1983), Ricci (1984), Seidelman e Harpham (1985) e Janos (1986) foram os principais responsáveis por chamar a atenção dos cientistas políticos a respeito da história de sua própria disciplina. A partir de então, cientistas políticos célebres passaram a publicar com alguma frequência trabalhos sobre o tema, como Easton (1985), Easton, Gunnel e Stein (1995), Almond (1990; 1991); Farr e Seidelmann (1993), Dryzek e Leonard (1988) e Dryzek, Farr e Leonard (1995). Em novembro de 2006, a *American Political Science Review* (APSR) dedicou um número especial à análise e avaliação da história e da situação da ciência política, intitulado *The Evolution of Political Science*. Nele, publicaram autores como John Dryzek, James Farr, Michael Gibbons, John Gunnel, Emily Haptmann, entre outros. Artigos sobre o tema tornaram-se freqüentes nas páginas da APSR, além de consistir numa das diretrizes editoriais do periódico *PS: Political Science & Politics*<sup>5</sup> que, assim como a APSR, é uma publicação da *American Political Science Association* (APSA).

## *II.2. No que consiste este trabalho e em que ele se insere*

Inspirados por essas idéias, nós decidimos empreender uma pesquisa sobre o campo da Ciência Política brasileira atual. Mas por que o campo da Ciência Política? São várias razões, todas de semelhante importância. Uma se refere à nossa posição e trajetória no campo das ciências sociais. Já tínhamos noções sobre sua situação e sua história, que se desenvolveram a partir de observações primárias sobre o estado atual de sua estrutura; trata-se, pois, de certa

---

<sup>4</sup> A maioria desses estudos tentava fazer um retrato cronológico da ciência política americana, descrevendo as “escolas” que foram se sucedendo. Entre esses, merecem ser citados o trabalho de Somit e Tanenhaus (1967), que tenta descrever a história da ciência política americana até o advento do comportamentalismo e o de Murray (1925), que tenta uma ambiciosa descrição do pensamento político desde Platão. Estudos das décadas de 1960 e 1970 abriram caminho para os estudos contemporâneos, pautando-se por um registro mais crítico-analítico. Os trabalhos de Lipset (1969), Kress (1973) e Karl (1974) são referências importantes dessa linha. O artigo de Lowi (1973) é um dos pioneiros do argumento que denuncia a existência de certo comprometimento da Ciência Política e a democracia americanas. Essa idéia constituiu o núcleo dos vários estudos que focaram sua atenção sobre as relações estabelecidas entre a ciência política e seu objeto (a política) geralmente investigando os efeitos dessa relação sobre a neutralidade e a objetividade científicas. Outro artigo de Lowi (1992) criticando a Ciência Política americana produziu um acalorado debate: cf., a respeito, Calvert (1993), Simon (1993a; 1993b) e Lowi (1993a; 1993b).

<sup>5</sup> Nesse sentido, gostaríamos de elogiar a iniciativa dos organizadores do I Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política de dedicar uma sessão para o debate de trabalhos sobre a própria ciência política. Trata-se de uma contribuição importante, infelizmente ainda escassa, para o próprio desenvolvimento institucional da Ciência Política brasileira e para o melhoramento qualitativo de sua produção científica.

proximidade que temos com a ciência política. Em paralelo, vínhamos a algum tempo empreendendo estudos quase exegéticos sobre teoria sociológica, em especial a de Pierre Bourdieu. Nosso interesse sobre os problemas metodológicos das ciências sociais vinha então aumentando, e com ele a adesão à idéia de que é preciso fazer uma sociologia das ciências sociais. A oferta das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Paraná e nossas relações acadêmicas nos direcionaram a tomar como objeto a Ciência Política.

Mas além das razões específicas à nossa trajetória, há duas peculiaridades que acometem a ciência política, e que favoreceram o surgimento deste empreendimento. Em primeiro lugar, o problema metodológico da confusão entre objeto e observador a que nos referimos toma proporções dramáticas na Ciência Política pois, afinal, seu objeto é a política, o poder. Em segundo lugar, a ciência política *strictu sensu* é uma invenção americana. Fora dos Estados Unidos, a ciência política ainda é uma espécie de agremiação de vários acadêmicos dedicados ao estudo da política ou dos fenômenos políticos, isto é, é um campo de fronteiras vagas e amorfas, marcado por um grau de autonomização relativamente baixo<sup>6</sup>. As ciências políticas formam-se, assim, em relação a e até mesmo aos moldes da Ciência Política americana. Há uma bibliografia de dimensões consideráveis sobre o tema, e achamos que podemos contribuir para aumentar o conhecimento sobre a Ciência Política brasileira, algo tão importante, ainda mais quando se é jovem.

---

<sup>6</sup> Entendemos “processo de autonomização” como um processo pelo qual um *campo social* determinado torna-se gradativamente independente e irreduzível em relação a outros campos. Trata-se de um processo que gradativamente confere a um campo uma *sócio-lógica* eficaz o suficiente para que esse campo obedeça a princípios que lhe são próprios. Trata-se, pois, de estruturas sociais, sistemas simbólicos e visões de mundo irreduzíveis a quaisquer outros campos. Quanto mais autônomo, mais um campo *transfigura* e *refrata* quaisquer constrangimentos externos segundo sua lógica específica. Esse processo é paralelo ao que chamamos de “processo de institucionalização”. Mas é preciso sublinhar: um campo pode institucionalizar-se sem, contudo, tornar-se autônomo. A institucionalização de um campo é, sem dúvidas, uma condição necessária para a autonomia de um campo, mas não é por si só garantia disso. Tal distinção tornar-se-á mais clara logo que esclarecermos melhor o que entendemos por “autônomo”. Em primeiro lugar, é preciso dizer que um campo qualquer é sempre *relativamente* autônomo. Um campo é sempre autônomo *em relação* a outros campos, ou seja, é irreduzível aos valores e ao funcionamento de campos externos, bem com resistente a suas investidas. Assim, um campo pode ser autônomo em relação a campo X, mas heterônomo em relação a campo Y; no limite, autônomo em relação a todos os campos exteriores a ele. Dizemos que um campo é “autônomo” sugerindo que ele parece “fechado em si mesmo”, sendo altamente resistente, tanto por sua lógica imanente como até mesmo pelas resistências conscientes de seus agentes, a quaisquer demandas externas. Observamos, contudo, que é teoricamente impossível um campo ser “totalmente autônomo”, porque, em nosso modelo, isso implicaria em confundir o campo com o próprio espaço social em que ele se encontra, de modo que mesmo esses campos que são autônomos em relação a todos os outros são, na verdade, *parcialmente* e *significativamente* autônomos em relação a todos os outros campos. Portanto, a institucionalização, embora importante, não é garantia de autonomia social.

Nutrimos a esperança de encontrar paralelos entre a produção acadêmica, a estrutura institucional e a estrutura de relações de força da Ciência Política brasileira, sem descurar de sua dimensão diacrônica, sua história. Tivemos, pois, a idéia de aplicar a teoria sociológica de Pierre Bourdieu numa pesquisa sobre o campo da Ciência Política brasileira. Achamos que a sociologia de Bourdieu tenha se mostrado um caminho proveitoso quando se trata de relacionar a análise estrutural à análise histórica por meio de uma visão agonística das relações humanas. Com isso, queremos contribuir ao cabedal de conhecimento científico sobre a Ciência Política e ao escrutínio empírico de uma sociologia concebida de modo a ser orientada para a pesquisa.

Organizamos a pesquisa em duas etapas. A primeira, de caráter predominantemente *descritivo*, consiste em *identificar* a situação atual do campo da Ciência Política a partir de duas “dimensões”: sua produção acadêmica (a produção de idéias e teorias por meio de veículos de produção acadêmica, como periódicos e eventos) e suas instituições (de ensino, de pesquisa e de fomento). Trata-se de reconstruir teoricamente certas dimensões da estrutura do campo, ou seja, dizer quem o compõe o campo e onde nele se encontra. A segunda, de caráter predominantemente *explicativo*, consiste em tentar identificar os principais fatores responsáveis por fazer a Ciência Política ser o que é, tanto do ponto de vista da produção como das instituições. Trata-se, pois, de dizer o *porquê* daqueles se encontrarem onde se encontram.

Queremos saber se existem “instâncias” hegemônicas na Ciência Brasileira contemporânea do ponto de vista da produção simbólica e das instituições, e, caso afirmativo, nomeá-las. Fizemos isso por razões operacionais e metodológicas: é preciso delimitar o escopo da primeira etapa, restringindo o reconhecimento de terreno às frações superiores do campo, que chamamos de “escolas” ou “correntes teórico-metodológicas hegemônicas” e “instituições acadêmicas hegemônicas”. Logicamente, identificar o que há e quem está nas outras regiões do campo da Ciência Política poderia ser muito bem nosso ponto de partida. Não há nenhuma razão que implique *necessariamente* que se deva começar “por cima” ou “por baixo”. Mas além de nos ser atualmente impossível reconstruir teoricamente *todo* o campo da Ciência Política brasileira, identificar as frações hegemônicas é heurísticamente útil porque exige que identifiquemos os valores correntes no campo e os princípios responsáveis por estratificar e distinguir as instâncias<sup>7</sup> do campo entre si<sup>8</sup>. Há uma relação direta entre a presença de certa

---

<sup>7</sup> Utilizamos a palavra “instância” para nos referir aos três elementos da realidade social responsáveis por produzir efeitos sociais pertinentes: agentes, produção simbólica ou de significado (“cultura”) e instituições sociais. Utilizamos “agente” em sentido estrito, indicando pessoas. Sabemos que a cultura é também uma instituição social, mas distinguimo-las para diferenciar um aparelho institucional das idéias (o “espírito”) que o animam e

espécie de valores e de formas de hierarquização num campo (“espécies de capital”) e as frações hegemônicas deste. Isso é necessário para partirmos para a etapa explicativa. Além disso, as circunstâncias acadêmico-institucionais de nossa pesquisa exigiram o acesso ao campo da Ciência Política a partir de cima.

Uma “escola” ou “corrente” teórico-metodológica é um conjunto de idéias sistematicamente relacionadas que se repete de forma mais ou menos freqüente na produção acadêmico-científica. Uma escola ou corrente é “hegemônica” quando ela predomina nos principais periódicos e eventos científicos da área<sup>9</sup>. Falaremos mais a respeito disso na parte II. Uma “instituição acadêmica” é uma organização dotada de um corpo permanente de funcionários (uma “burocracia”) e de profissionais acadêmicos dedicados ao ensino ou à pesquisa, podendo esta ser pura ou aplicada. Como o foco de nossa pesquisa, neste momento, é a produção acadêmica (*i.e.*: as escolas ou correntes teórico-metodológicas), passaremos a falar a respeito dela.

A análise da produção acadêmica trata-se, portanto, de uma análise da produção acadêmica *delimitada* (poderíamos dizer também *limitada* ou *enviesada*) pela identificação das frações hegemônicas. Nosso objetivo é identificar a hierarquia cultural, isto é, das idéias, escolas e correntes do campo da Ciência Política. Desse modo, nosso retrato do campo de produção acadêmica *pode* ser significativo para representar a produção *em geral*, mas *deve* ser significativa para a produção hegemônica<sup>10</sup>.

---

que ele difunde. Sabemos que esses elementos estão inter-relacionados na realidade, mas distingui-los é teoricamente necessário.

<sup>8</sup> Trata-se do conceito de “capital” usado por Pierre Bourdieu. Uma definição sintética, apropriada a nossos propósitos, pode ser conferida em Bourdieu (1992, p. 94-110; 1989, p. 133-136).

<sup>9</sup> Por enquanto, não aplicamos o sentido que a palavra “hegemonia” recebe nos escritos de Gramsci. Também atentamos que não se confunda nosso uso dessa palavra com o conceito de “dominação” de Weber ou com o uso que Bourdieu faz desta palavra (como a recorrente dicotomia dominante/dominado). Não porque discordamos dessas acepções ou porque julgamo-las heurísticamente inférteis para nossos propósitos. Pelo contrário, achamos que a problemática de nossa pesquisa envolve aspectos cujo trato por aqueles conceitos muito nos ajudaria; e sabemos que nossa acepção se refere de algum modo ou mesmo aponta para aqueles usos e definições clássicos. Mas certos aspectos teóricos desses conceitos implicam em certas complicações metodológicas que ainda não estamos prontos para enfrentar (como, por ex., *provar* que o “dominado” reconhece os valores do “dominante”, mesmo quando resiste?). Portanto, pedimos ao leitor que entenda “hegemonia” no sentido estrito que demos a esse termo. Pelo menos neste trabalho.

<sup>10</sup> Isso também se aplica às instituições.

Vamos apresentar agora o *método* que utilizamos para analisar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea com o objetivo de desvelar sua hierarquia, mais precisamente, identificar as escolas ou correntes teórico-metodológicas hegemônicas.

## II. A ANÁLISE DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

### *II.1. Justificativa*

A nosso ver, a produção acadêmica é, entre outros, um indicador seguro para identificar a hierarquia entre as várias escolas ou correntes teórico-metodológicas do campo. Acreditamos que analisando a produção acadêmico-intelectual podemos descobrir a hierarquia do campo da Ciência Política do ponto de vista das escolas teórico-metodológicas. Mas sua importância não se restringe a isso.

Existe necessariamente uma relação entre agentes e idéias (normalmente agremiadas em escolas), afinal de contas são os agentes que efetivamente pensam, escrevem textos, participam de congressos etc. Mas, além disso, supomos haver correspondência de algum grau entre a hierarquia de escolas e a hierarquia de agentes. Trata-se de uma hipótese: aqueles que dizem o que é academicamente mais valorizado tendem a ocupar uma posição superior no campo acadêmico.

Certamente, a filiação de alguém a determinada corrente de pensamento não é o único fator que determina sua posição no campo acadêmico. Há outros fatores envolvidos, como a filiação institucional, a trajetória acadêmica, a posse de cargos burocráticos ou de direção em instituições acadêmicas (e mesmo não-acadêmicas) e estratégias específicas de carreira. Mas achamos que a filiação intelectual é um dos fatores mais importantes na determinação da posição de um agente.

Aplicamos o mesmo raciocínio às instituições. Pela própria estrutura do campo acadêmico brasileiro, há uma relação entre escolas e instituições de ensino e pesquisa: os periódicos são vinculados a instituições, e os programas de pós-graduação são responsáveis pela formação intelectual de seus alunos, bem como pelas linhas de pesquisa existentes – que, também, são favorecidas ou desfavorecidas dependendo de sua situação no campo acadêmico. As instituições acadêmicas – universidades, institutos de pesquisa, congressos e periódicos – são os veículos por meio dos quais se divulgam e se difundem as idéias, as teorias e as correntes de pensamento.

Assim, se a produção acadêmica for uma forma eficaz de identificar a hierarquia das escolas, como acreditamos, talvez ela também seja útil para descobrir eventuais ligações entre certas instituições e determinadas escolas teórico-metodológicas, por meio de cruzamentos de dados. Nós sabemos que existe uma relação entre “escolas” e instituições; é *possível* que também haja, em paralelo, certa correspondência entre a hierarquia institucional e a hierarquia de idéias. Se isso for verificado, podemos verificar a qual instituição se filiam os acadêmicos que produziram os trabalhos analisados. Podemos, com isso, indiretamente identificar se há tendências teóricas definidas na produção das instituições em questão. Trata-se, pois, de uma forma de abrir o caminho para o esclarecimento da hierarquia do campo da Ciência Política brasileira contemporânea.

## *II.2. O método de análise*

Consiste (i) na escolha dos periódicos e eventos (congressos científicos) a serem tomados como referenciais da produção acadêmica do campo, com a condição de permitir que identifiquemos as escolas hegemônicas; (ii) na construção de um modelo das escolas teórico-metodológicas a partir de bibliografia sobre a Ciência Política ocidental, reunindo em classes certas características (como a linhagem teórico-metodológica, a natureza e o propósito do texto, os tipos de dados apresentados e as variáveis-chaves) que acreditamos estarem relacionadas; (iii) na aplicação desse modelo à análise dos artigos dos periódicos, ou seja, a classificação desses periódicos segundo as informações do modelo; (iv) na construção de estatísticas acerca das características da produção acadêmica, especialmente no que se refere às filiações teórico-metodológicas dos artigos e (v) na interpretação dos resultados à luz de nossas hipóteses teóricas. Vamos descrever melhor as três primeiras etapas do método.

### *II.2.1. A escolha dos referenciais da produção acadêmica*

Em primeiro lugar, elegemos os periódicos científicos e os congressos como referenciais da produção acadêmica e, conseqüentemente, das escolas teórico-metodológicas. Lembramos que nossos referenciais não precisam refletir *todo* o campo de idéias e escolas da Ciência Política, mas *pelo menos* os hegemônicos. Incluímos os principais congressos que dizem respeito à Ciência Política – o Encontro da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e o Encontro da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) – por entendermos que se tratam de importantes instâncias de legitimação acadêmica do campo e que devem ser referenciais importantes da situação do campo de

produção cultural da ciência política. Quanto aos periódicos, ainda que acreditemos que sua escolha para os objetivos a que nos propomos seja uma obviedade, esclareceremos sua importância ao discutirmos um elemento importante de nosso método, a utilização do Sistema Qualis como principal critério de escolha.

Prosseguimos à escolha dos periódicos a serem analisados, tendo em mente que eles precisam ser representativos das escolas hegemônicas. Ora, um periódico considerado importante pela maioria dos cientistas políticos deve, por suposto, veicular as idéias que mais atraem as atenções – seja para defendê-las, seja para criticá-las. Partimos, portanto, da seguinte premissa: as escolas hegemônicas são veiculadas pelos periódicos mais “importantes”; para descobrir as escolas hegemônicas é preciso analisar os periódicos institucionalmente mais importantes e subjetivamente mais prestigiados. É preciso, pois, de critérios que nos façam escolher os periódicos que tenham essas propriedades, e não bastam somente critérios subjetivos.

Elegemos então os seguintes critérios para a tarefa que se apresenta, em ordem de importância: (i) a classificação no Qualis de Periódicos; (ii) as estatísticas bibliométricas do SCIELO (o fator de impacto em dois e três anos e o número de acessos); (iii) a filiação institucional e (iv) a presença nos indexadores SCIELO, ISI (*Social Sciences Citation Index*) e Lilacs<sup>11</sup>.

Evidentemente, a escolha é feita sobre os periódicos que possuem produção pertinente em ciência política, isto é, *indicados* pelos programas de pós-graduação da área de Ciências Políticas e Relações Internacionais para comporem a lista de periódicos do Qualis. Tanto para a escolha dos periódicos como para a análise efetiva dos artigos, utilizamos como período de referência o padrão de cinco anos, adotado pelas agências de fomento. Mas como até o momento da redação deste trabalho o SCIELO só disponibilizou os dados bibliométricos dos periódicos até 2007, neste caso, extraordinariamente, ajustamos o período a essa limitação, indo de 2003 a 2007 e ignorando o ano de 2008.

A partir desses critérios, foram escolhidos os periódicos *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Opinião Pública*, *Novos Estudos*, *Revista de Sociologia e Política* e *Lua Nova*. Apresentamos as principais informações desses periódicos abaixo. Além desses,

---

<sup>11</sup> Usamos esses indicadores como referências porque são os que o SCIELO menciona nas estatísticas de citações recebidas dos periódicos. Mas sabemos que ser indexado pelo SCIELO é uma condição imprescindível de importância e prestígio no Brasil e pelo o ISI, internacionalmente.<sup>TM</sup>

escolhemos também a *Brazilian Political Science Review* exclusivamente em função da filiação institucional (é a revista da ABCP).

QUADRO 1 – ESTATÍSTICAS DOS PERIÓDICOS ESCOLHIDOS

Dados	Qualis : A1		
	Filiação institucional : Iuperj		
	Número de acessos – artigos	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)
2007		0.1800	0.3108
2006		0.0208	0.0685
2005		0.3265	0.3521
2004		0.3191	0.2794
2003		0.3721	0.3768
<b>Total</b>	<b>1 604 066</b>		
Rev. bras. Ci. Soc.	Qualis : A2		
	Filiação institucional : Anpocs		
	Número de acessos – artigos	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)
2007		0.3148	0.3086
2006		0.2037	0.2892
2005		0.2857	0.3133
2004		0.1607	0.1585
2003		0.0755	0.1461
<b>Total</b>	<b>3 149 056</b>		
Opinião Pública	Qualis : B1		
	Filiação institucional : Unicamp		
	Número de acessos – artigos	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)
2007		0.1667	0.2045
2006		0.1667	0.0476
2005		0.0370	0.1250
2004		0.0385	0.1111
2003		0.0870	0.0606
<b>Total</b>	<b>566 039</b>		
Novos Estudos <sup>1</sup>	Qualis : B1		
	Filiação institucional : Cebrap		
	Número de acessos – artigos	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)

2007		0.0909	
2006			
2005			
<b>Total</b>	<b>497 473</b>		
<b>Rev. Sociol. Polit</b>	<b>Qualis : B1</b>		
	<b>Filiação institucional : UFPR</b>		
	<b>Número de acessos – artigos</b>	<b>Fator de impacto (dois anos)</b>	<b>Fator de impacto (três anos)</b>
2007		0.1707	0.1061
2006		0.0000	0.1343
2005		0.0930	0.0877
2004		0.0625	0.0426
2003		0.1379	0.1087
<b>Total</b>	<b>1 236 742</b>		
<b>Lua Nova<sup>1</sup></b>	<b>Qualis : B1</b>		
	<b>Filiação institucional : CEDEC</b>		
	<b>Número de acessos – artigos</b>	<b>Fator de impacto (dois anos)</b>	<b>Fator de impacto (três anos)</b>
2007		0.1944	0.1404
2006		0.0938	0.2105
2005		0.1304	0.1618
2004		0.1915	
<b>Total</b>	<b>678 058</b>		

FONTES: SCielo (2009); Capes (2009d).

NOTAS:

1. O SCielo só disponibilizou dados para esses anos.
2. A avaliação do Qualis apresentada é da área de Ciência Política e Relações Internacionais.
3. Valores referentes às edições impressas, exceto o número de acessos.
4. Número de acessos de Dados contados desde 25.abr.1997; RBCS desde 16.out.1998; RSP desde 8.fev.2002; Opinião Pública desde 17.mar.2003; Lua Nova desde 19.jul.2002 e Novos Estudos desde 10.fev.2006. Trata-se do período máximo disponível no SCielo.
5. O fator de impacto é calculado a partir da proporção entre as citações recebidas e as concedidas. Quanto mais o número de citações recebidas está próximo do de citações concedidas, maior é o fator de impacto.
6. O período abordado pelo cálculo do fator de impacto funciona da seguinte forma: o índice de impacto de um determinado ano refere-se às citações recebidas e concedidas nos anos anteriores, definidos pelo período. Por exemplo, o índice de impacto de 2007 em um período de dois anos refere-se às citações recebidas e concedidas em 2005 e 2006. Se o período fosse de três anos, seriam 2004, 2005 e 2006.

Acreditamos que esses critérios permitam-nos escolher os periódicos mais importantes. Acreditamos também que eles são, em geral, os mais prestigiados. Se esses critérios não cumprirem essa tarefa, pelo menos estão claramente apresentados, de modo a serem criticados e melhorados.

Nosso objetivo será analisar todos os artigos de ciência política publicados nesses periódicos. Como a própria definição de ciência política é ainda demasiado vaga, sendo um objeto de disputa no interior do campo que orbita a própria definição do objeto da Ciência Política (a política *strictu sensu* ou o poder em geral?), utilizamos como critério para definir se um artigo é de “ciência política” se ele tem como objeto a política em sentido lato, ou seja, os *atos políticos*, desde a política propriamente dita (o Estado ou o sistema político) até a organização das relações de força entre grupos e à estrutura da dominação numa determinada sociedade. Seguindo o critério padrão das agências de fomento, vamos analisar os artigos publicados nos últimos cinco anos, contados regressivamente a partir de 2008 (*i.e.*: 2004-2008). Pretendemos ampliar esse período até a década de 1980, momentos antes da redemocratização<sup>12</sup>, mas neste caso provavelmente precisaremos fazer uma pesquisa por amostragem.

Também analisaremos os *papers* publicados em anais do Encontro da Anpocs e do Encontro da ABCP, durante o mesmo período. Quando ampliarmos o período da análise dos periódicos, iremos fazer o mesmo com os anais desses eventos. O método de análise aplicado a ambos os casos é descrito no tópico II.2.2. Antes de apresentá-lo, vamos nos deter mais um pouco nos indicadores que usamos para escolher os periódicos. Está claro que esses indicadores medem a “importância” de um periódico – precisamos escolher os “importantes” para analisar uma produção que seja representativa das escolas hegemônicas (se existirem). São usados para identificar, portanto, posições (teóricas) no campo (de produção cultural da Ciência Política). Consideramos que o Qualis seja o principal deles. Aparentemente, isso pode gerar alguns problemas. É disso que falaremos agora.

#### *II.2.1.1. O Sistema Qualis e a questão dos “critérios hegemônicos socialmente pertinentes”*

Como utilizamos a classificação do Qualis como um dos principais indicadores para escolher e avaliar os periódicos a serem analisados, freqüentemente se faz a objeção de que estaríamos usando os critérios definidos ou impostos pelos próprios “hegemônicos” para dizer quem é “hegemônico”. O mesmo poderia ser dito a respeito de outros indicadores como, por exemplo, o índice de impacto (que avalia um artigo pelo seu número de citações) ou o número

---

<sup>12</sup> Concordamos com parte da bibliografia que acusa a heteronomia da Ciência Política em relação à política. Acreditamos que comparar a evolução qualitativa da produção acadêmica em ciência política em função da redemocratização seja um teste interessante a essa hipótese: acreditamos que efeitos exógenos (propriamente políticos) afetaram a produção acadêmica de ciência política, favorecendo a diminuição de influência do marxismo nessa área.

de artigos produzidos num dado período. Trata-se de uma acusação de circularidade, e que tende a gerar reações controversas. Mas cremos que isso é um mal-entendido, e não consiste num problema metodológico real. Explicaremos por etapas.

Em primeiro lugar, vamos tocar no ponto que acreditamos ser o principal foco de inquietação, relativo às implicações político-acadêmicas dos critérios adotados. Ora, lembramos que o método “circular” que adotamos não equivale a tomar como naturais ou isentos os critérios do Qualis – ou qualquer outro. Não se trata de aquiescência em relação aos “valores dominantes”. Está no próprio princípio da pesquisa que os indicadores e critérios adotados são representações teóricas de estados cristalizados de processos de lutas, de conflitos; de mecanismos de luta e dominação. Sabemos, pois, que eles são construções sociais arbitrárias que se institucionalizaram e se legitimaram por meio de conflitos sociais e de disputas simbólicas.

Em segundo lugar, como nosso objetivo é *identificar* as frações hegemônicas (para, a seguir, dizer por que o são), é necessário que os indicadores e critérios que tomamos para identificar as frações hegemônicas produzam efeitos sociais pertinentes, que efetivamente hierarquizam e ajudam a conservar a hierarquia do campo. Assim, se por acaso os critérios do Qualis forem a cristalização de certa visão interessada do trabalho acadêmico na forma de referenciais de avaliação que atingem todo o campo acadêmico – assim exercendo influência ou constrangimento sobre as instâncias do campo –, persiste que eles são socialmente eficazes, sendo parte dos responsáveis por hierarquizar o campo e por conservar certa hierarquia. E esse é justamente nosso interesse no momento. Assim, por exemplo, se os “dominantes” controlam o Qualis da Ciência Política e Relações Internacionais, incluindo nele critérios que contribuem para que ocupam essa posição e que fornecem-lhes certos privilégios, persiste que isso é um fato sociológico e que é efetivamente responsável pela hierarquização do campo. É algo que *obriga* os desfavorecidos a se conformarem ou a tomarem um curso de ação, caso queiram mudar sua situação. A própria dominação é um mecanismo social circular, em que o capital hegemônico recria suas próprias condições de reprodução (em nosso caso, instituindo regras acadêmicas), com bases essencialmente arbitrárias. Ao constatá-las, não estamos concordando com elas, e muito menos estamos enunciando (o que acreditamos que são) os fatos porque concordamos com eles ou porque queremos que tudo continue como está.

Em terceiro lugar, no que se refere às possíveis implicações político-acadêmicas de nossa posição metodológica, entendemos que tornar explícitos os mecanismos de dominação e a lógica de seu funcionamento é, na verdade, o maior instrumento para combatê-los. Acreditamos que há certos vícios de pensamentos nas ciências sociais, oriundos talvez de sua falta de autonomia científica e sua proximidade com a política e a ideologia, que fazem com que associemos significados políticos a considerações de fato. Tende-se a confundir "ser" com "dever ser". Quando se fala de "hegemonia", entende-se que implicitamente se sugere que "hegemônico" significa "melhor", "mais qualidade", "mais contribuição ao conhecimento" etc. Os agentes do campo podem efetivamente, em suas práticas e representações, relacionar "prestígio" (*i.e.*: poder) com qualidade acadêmica, intelectual e científica; mas garantimos nós não fazemos ou estamos interessados nisso. Não estabelecemos qualquer relação entre hegemonia e qualidade acadêmica ou intelectual. Para nós, inclusive, o poder (capital) acadêmico, intelectual ou científico pode ou não estar a serviço do conhecimento. Um exemplo abstrato: uma hegemonia, o *statu quo* do meio científico, pode agir deliberada ou não deliberadamente de modo a conservar sua posição, para isso precisando lutar contra aqueles que carregam novos conhecimentos, desestimulando e mesmo impedindo a ampliação do conhecimento. Sabemos que isso ocorre com frequência na história do campo acadêmico.

Vimos que o que importa para nossa pesquisa é que um fator tomado como indicador seja ou não socialmente pertinente para produzir a hierarquia (estrutura) do campo. A nosso ver, a utilidade do Qualis para nossa pesquisa vai além de definir os periódicos a serem analisados. Acreditamos que ele é muito importante na determinação da hierarquia do campo acadêmico, incluindo aí o da Ciência Política contemporânea, e é isso que tentaremos mostrar a seguir.

#### *II.2.1.2. O Sistema Qualis: elementos estruturais fundamentais*

O Sistema Qualis consiste numa metodologia de avaliação (e seu instrumental) das instâncias do campo acadêmico brasileiro, especialmente os programas de pós-graduação e a produção acadêmica e num banco de dados que registra as avaliações dessas instâncias. Vinculado ao Ministério da Educação, é utilizado como referencial para a distribuição de recursos para pesquisa. Iremos focar esta exposição sobre o Qualis de Periódicos e vamos resumi-la para atender especificamente aos fins da pesquisa.

O Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTS-ES), instituição ligada à Capes e ao Ministério da Educação, em conjunto com os coordenadores de área, define as

diretrizes operacionais do Sistema Qualis. Chama-se de “coordenador de área” o indivíduo responsável por representar uma determinada Área de Conhecimento, presidindo a Comissão Capes de sua respectiva Área<sup>13</sup>, possuindo poderes específicos como o de indicar um periódico a compor a lista de periódicos classificados da Área.

O CTS, contudo, não tem o poder de determinar os critérios de avaliação a partir dos quais os periódicos serão efetivamente classificados e distinguidos entre si. O responsável por isso é a Comissão do Qualis Periódicos, que é específica para cada área. O coordenador é o responsável por indicar os membros da Comissão. Isso geralmente é feito por meio da negociação com o Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação que, como diz o nome, reúne os coordenadores dos programas de pós-graduação de *uma* determinada área. Os critérios são entregues à Diretoria de Avaliação do CTS, que oficializa sua vigência.

Ainda que o coordenador de área não tenha o poder exclusivo de determinar os critérios de avaliação dos periódicos, é possível que ele influencie indiretamente sua concepção por meio do poder de determinar quem serão os responsáveis por fazer isso. Não encontramos qualquer informação, nos documentos consultados<sup>14</sup>, que indicasse a obrigação de os critérios serem definidos pelos líderes dos programas de pós-graduação. Isso significa que não há qualquer garantia institucional de que os critérios sejam a manifestação da vontade ou da intenção objetiva dos responsáveis pelos programas de pós-graduação. A definição dos critérios a serem adotados acaba por depender das circunstâncias político-acadêmicas de cada área. Aparentemente, os programas de pós-graduação detêm influência sobre a concepção dos critérios por meio do Fórum, que reúne os líderes dos programas de pós-graduação e o coordenador de área: espera-se, em geral, que o coordenador indique os membros da Comissão em diálogo com o resto da comunidade acadêmica. O poder de definir os critérios de classificação dos periódicos está, portanto, nas mãos do coordenador de área e dos coordenadores dos programas de pós-graduação; variando o peso de cada um na definição desses critérios em função de circunstâncias específicas de cada área.

Vejamos um exemplo prático. O CTS faz uma reunião com os coordenadores de área e, juntos, definem as diretrizes operacionais do Sistema Qualis. Uma dessas diretrizes é a definição dos estratos em que os periódicos serão alocados. Assim, na reestruturação aprovada

---

<sup>13</sup> A Tabela das Áreas de Conhecimento pode ser conferida em Capes (2009e).

<sup>14</sup> São eles: Capes (2008), Fórum... (2008), Revista... (2009) e ABCP (2009).

em 6 de maio de 2008 (CAPES, 2008), foram determinados oito estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Entre outras diretrizes operacionais, certas regras para preencher esses estratos também foram estabelecidas, como a obrigação de o número de periódicos componentes dos estratos superiores (A1 e A2) não superar 20% do universo de periódicos presentes na lista de periódicos indicados pela Área. *Já os critérios utilizados para classificar os periódicos, para determinar quem irá compor cada estrato, cabem a cada área definir:* pode-se determinar que para um periódico ser classificado como “A1” ele precisa obter um valor mínimo de fator de impacto num tempo determinado. Ou pode-se usar o fator h; ou ter um número mínimo de autores ou co-autores estrangeiros. Ou mesmo considerar tudo isso. Os critérios de classificação, enfim, variam de área para área.

Os periódicos a fazerem parte da lista de periódicos classificados de cada área são escolhidos pelos próprios programas de pós-graduação, que os indicam em função das necessidades de publicação de seus membros. Isso ocorre por meio da lista de áreas, que é preenchida anualmente pelos programas de pós-graduação, componente da Coleta de Dados do Qualis. Assim, basicamente, a lista de periódicos de cada área corresponde aos periódicos em que publicam os acadêmicos (docentes e discentes). Vamos aprofundar um pouco mais nossa análise da composição da lista de periódicos de cada área. Ela irá nos conduzir a considerações importantes – fundamentam o uso do Qualis até como um instrumento para se identificar frações da estrutura do campo acadêmico.

### *II.2.1.3. Algumas considerações a respeito da composição da Lista de Periódicos da Área*

A terceira e a quarta questões do documento *Perguntas Mais Frequentes* (“FAQ”), do Qualis, contém informações a respeito da composição da Lista de Periódicos que têm importantes implicações para nossa pesquisa. Antes de esclarecê-las, transcrevemos a terceira questão, “Como é construído o Qualis?”:

“Os periódicos que compõem o Qualis são constituídos por periódicos mencionados pelos programas de pós-graduação anualmente no Coleta de Dados. Quando os dados chegam a CAPES, são reunidos em uma base de dados os títulos de todos os periódicos e eventos mencionados pelos Programas naquele ano. Portanto, o Qualis é o processo de classificação dos periódicos mencionados pelos próprios programas e não do universo de periódicos ou de eventos de cada área.

Com definição temos o Sistema Qualis como o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela CAPES para atender a necessidades específicas do *sistema de avaliação* e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas no aplicativo Coleta de Dados. Esta classificação é feita ou coordenada por uma comissão de consultores de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado” (CAPES, 2009c, p. 3).

E a quarta, “Gostaria de saber como faço para indicar um periódico para o Qualis das Áreas?”:

“Existem duas formas para um periódico ou outro veículo ser inserido na lista Qualis de uma área. Primeiro, pela declaração de um dos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes, quando do preenchimento do Relatório Anual da CAPES (Coleta de Dados), de que seus docentes, discentes ou pesquisadores publicaram artigos científicos no veículo. Adicionalmente, esse veículo precisará passar por processo de (1) padronização pela Capes - no caso de periódico, checagem de que realmente existe e que o código de ISSN e título são válidos - (2) classificação - receber os atributos de qualidade - e, finalmente, (3) ser indicado pela área de avaliação para participar da lista de veículos publicados no Qualis das Áreas.

Uma segunda forma de um veículo figurar na listagem é por indicação direta do Coordenador de Área, em virtude da relevância qualitativa do veículo. Nesse caso, o Qualis está sendo utilizado como indutor de publicação de qualidade em veículos de qualidade reconhecida, independente desse veículo já ter sido, ou não, utilizado para divulgar a produção bibliográfica de algum Programa. Tal indicação, após a devida padronização e classificação, é incluída no Qualis das Áreas.

Em ambos os casos, a classificação e divulgação ocorrem anualmente” (*idem*, p. 4).

Esses trechos contêm implicações importantes para nossa pesquisa. Em primeiro lugar, a classificação, a conferência de valor acadêmico e, portanto, a hierarquização dos artigos publicados depende da classificação do periódico. Disso deriva que a posição do periódico no Qualis é um importante indicador para definir a valor acadêmico *oficial* de um determinado artigo, já que *o valor do artigo está institucionalmente vinculado ao valor do periódico*, em virtude dos critérios do Qualis. Assim, *pelo menos a partir do Qualis*, o valor de um artigo publicado numa revista “A1” é superior ao de outro publicado numa revista “B1”, não importando a influência acadêmico-intelectual real de cada um, medida, por exemplo, pelo número de citações bibliográficas e não importando a avaliação subjetiva dos pares<sup>15</sup>. E disso deduzimos: para determinar o valor individual dos *artigos publicados* é preciso, *além do Qualis*, considerar outros indicadores, como o número de citações. Por haver, de fato, transferência de capital (e suas várias formas: valor, prestígio, reconhecimento etc.) entre o veículo de publicação e o conteúdo publicado, a classificação do periódico no Qualis é um importante indicador da posição de um artigo, mas é preciso usar outros. Para os periódicos, especificamente, trata-se de um excelente critério, ainda que seja imprescindível considerar critérios como o número de citações, a presença de sistemas de indexação, a instituição acadêmica a que se vincula etc., além das avaliações e do julgamento coletivo manifesto.

Em segundo lugar, há alguma relação entre os programas de pós-graduação e os periódicos que compõem o Qualis em que os periódicos precisam ser mencionados por programas de pós-graduação. A maioria dos periódicos que compõem o Qualis deve possuir

<sup>15</sup> Ainda que acreditemos que essas coisas estão relacionadas de alguma forma; alguém pode ser detestado coletivamente por ser muito poderoso, além de eventualmente arrogante. A importância acadêmica pode se manifestar por meio de críticas generalizadas. Etc.)

*alguma* relevância acadêmica, já que eles são indicados pelos próprios acadêmicos vinculados aos programas. Não é correto inferir que são *todos*, já que o coordenador de Área pode indicar um determinado periódico sem justificativas objetivas, já que não são definidos os critérios de mensuração da “relevância qualitativa do veículo” (tratar-se-á, portanto, da avaliação subjetiva do coordenador), tornado possível, assim, a indicação de periódicos insignificantes no campo acadêmico brasileiro. Todavia, consideramos essa possibilidade bastante remota, pois não vemos razão de um coordenador indicar um periódico desconhecido ou ignorado por toda a comunidade acadêmica de sua Área: não achamos que ele conseguiria sustentar-se no cargo caso se “apropriasse” da lista de periódicos da área indicando periódicos que ninguém ouviu falar. Isso implica que, salvo alguma idiosincrasia extraordinária do coordenador, *o próprio meio acadêmico define os periódicos que farão parte de cada área do Qualis*. Isso significa que, se um periódico qualquer está na lista de periódicos do relatório de área, (i) ele necessariamente foi utilizado como meio de publicação de algum trabalho de algum acadêmico vinculado a determinado programa de pós-graduação (ou em vias de sê-lo), (ii) algum número dos periódicos indicados conteve conteúdo considerado pertinente por algum acadêmico de algum programa de pós-graduação para a sua área de conhecimento *ou* (iii) foi indicado pelo coordenador. Significa, portanto, que o periódico possui *alguma* influência acadêmica, ainda que quase insignificante. E como para medi-la – e *determiná-la* – existe a nota do Qualis, deriva que ele é um indicador importante, o principal nós diríamos, da influência acadêmica.

#### *II.2.1.4. A relevância do Qualis manifesta na polêmica em torno de sua reestruturação*

Em 6 de maio de 2008 a Capes publicou um documento intitulado “Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008” (CAPES, 2008) que estabeleceu as diretrizes de reestruturação do Sistema Qualis. Essa reestruturação decorreu durante o ano de 2008, e sua principal consequência para nossa pesquisa foi a mudança nas classes que estratificavam a Lista dos Periódicos da Área. O que nos interessa neste momento é o fato de que, por causa da reestruturação do Qualis, ainda não temos os critérios de avaliação dos periódicos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais<sup>16</sup>. É imprescindível que analisemos esses critérios se usamos o Qualis como indicador para identificar frações da hierarquia do campo, já que, se fazemos isso, pressupomos que os critérios do Qualis da Área

---

<sup>16</sup> Até a data de 14 de setembro de 2009, não conseguimos ter acesso aos critérios da Área de Ciência Política e Relações Internacionais para classificar sua Lista de Periódicos. Segundo Gustavo Biscaia de Lacerda, editor da Revista de Sociologia e Política, esses critérios ainda não foram publicados.

correspondem aos nossos critérios para definir a hierarquia do campo. Como não temos esses critérios, vamos tentar mostrar indiretamente sua relevância na composição da hierarquia do campo acadêmico por meio das reações que a reestruturação suscitou de parte da comunidade acadêmica.

Antes de tudo, apresentamos alguns elementos, importantes aos nossos propósitos, extraídos do relatório divulgado pela Diretoria de Avaliação da Capes sobre a reestruturação do Qualis.

“1. O Qualis de Periódicos e os demais Qualis – de Eventos, de Livros, de Produção Artística e de Patentes – continuam sendo o referencial da produção intelectual apresentada pelos programas de pós-graduação e avaliada pela Capes.” (CAPES, 2008, p. 1).

“3. Cada área deve definir o que considera “periódico”, e apenas os veículos de divulgação que atendam o estabelecido nesse conceito serão classificados no respectivo Qualis de Periódicos. Em princípio, somente os veículos com corpo editorial reconhecido, com avaliação pelos pares (pareceristas *ad hoc*) e dotados de ISSN devem ser considerados periódicos. Além disso, no caso das áreas que apresentam critérios de indexação bem estabelecidos, suas bases de dados podem, para esse fim, ser utilizadas como referência.” (*ibidem*).

“7. Cada área deverá apresentar, em seu documento “Critérios do Qualis de Periódicos”, os critérios pelos quais define cada estrato (fator de impacto, índice H, ou outros modos de mensurar sua qualidade). Destaca-se a necessidade de a definição dos dois estratos superiores ser efetuada de maneira particularmente criteriosa e rigorosa.” (*idem*, p. 2).

“8. Recomenda-se que os dois estratos superiores não sejam **superpovoados**, a fim de que seja devidamente destacada a excelência ou o diferencial de qualidade dos periódicos neles classificados, em relação aos incluídos nos demais estratos.” (*ibidem*; negrito no original).

“9. Os dois estratos superiores – A1 e A2 – poderão ser deixados vazios, por decisão da área, em termos de artigos efetivamente publicados, recomendando-se que delas constem apenas periódicos da mais alta qualidade, nos quais a área julga que deva sinalizar para avançar a qualidade da produção científica de sua comunidade. O Qualis assim terá um papel indutor claramente definido, não se limitando a analisar onde a área publica, mas indicando também onde se deve publicar.” (*ibidem*).

O parágrafo nove é especialmente importante para nós: indica, pelo menos aparentemente, que os estratos superiores devem ser referenciais de desenvolvimento, indicando a direção que devem seguir os periódicos nacionais de outros estratos. Duas novas diretrizes do novo formato do Qualis, em especial, geraram críticas de certos setores do campo acadêmico: a combinação da estratificação em oito níveis com a regra de que a soma dos periódicos que compõem os estratos superiores (A1 e A2) não pode ser superior a 20% do total de artigos listados pela área<sup>17</sup>. Vejamos o que dizem algumas vozes de protesto.

Durante reunião realizada em Vitória (ES) nos dias 1 e 2 de outubro de 2008, o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva publicou um manifesto contra as

<sup>17</sup> Não encontramos menção alguma à “cláusula de barreira” dos 20% no documento da Capes sobre a reestruturação (CAPES, 2008). Ela é mencionada nos documentos de protesto que analisamos.

regras de preenchimento dos estratos superiores (A1 e A2) da nova classificação proposta pela Capes.

[...] o Fórum foi surpreendido pela não aprovação de sua proposta de qualificação de periódicos, assim como pela determinação recente da CAPES de que os estratos superiores (A1 e A2) da nova classificação não deveriam conter mais que 20% dos artigos produzidos pela área. A aplicação irrestrita deste critério, arbitrário e sem sustentação conceitual ou bibliométrica, pode se revelar danosa para algumas áreas do conhecimento. No caso da Saúde Coletiva, compromete gravemente o projeto político-acadêmico desenhado pela área e coloca sob risco a árdua e indiscutível conquista de qualificação dos nossos periódicos. (FÓRUM..., 2008).

Eis o núcleo da crítica:

O efeito da nova proposta de Qualis periódicos foi o rebaixamento de todos os periódicos nacionais relevantes, tomando como base a proposta elaborada pelo Fórum para a área de Saúde Coletiva, em particular deixando os estratos A1 e A2 sem nenhum periódico nacional relevante para o campo. A lógica utilizada gera ainda um grave problema lógico: apesar de seus excelentes indicadores bibliométricos, será impossível para os mais importantes periódicos da área ascender simultaneamente para o nível A, já que dois deles concentram aproximadamente 20% da produção da área. *Considerando que o percentual de distribuição por faixas não guarda qualquer relação objetiva com a qualidade dos periódicos, sendo meramente um artefato aritmético de ranqueamento, a nova classificação gera distorções que podem comprometer as conquistas e avanços da área no país.* (*idem*, p. 3-4; grifos do original).

E o documento refere-se à dimensão da influência do Qualis na produção acadêmica nacional:

“Como seria esperado, a Política de Avaliação da Pós-Graduação e os critérios por ela definidos têm um poderoso papel indutor que ultrapassa o âmbito estrito dos programas. A classificação Qualis, por exemplo, passou a ser adotada como parâmetro de qualificação da produção de pesquisadores pelas agências de fomento e para a avaliação de professores pelas instituições de ensino” (*idem*, p. 4).

No caso da Área de Saúde Coletiva, a “barreira” fez que os periódicos nacionais fossem rebaixados, ou seja, excluídos dos estratos superiores. Mas como é a própria área que define os critérios de avaliação dos periódicos – salvo, evidentemente, a “barreira” –, isso significa que os periódicos nacionais ficaram aquém dos internacionais (que por suposto compuseram os 20%) *segundo os próprios critérios definidos pela área*. Por isso, critica-se a arbitrariedade do valor estabelecido como limite.

Em 22 de julho de 2009, na ocasião do 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), os editores da Revista de Sociologia e Política publicaram um documento (REVISTA..., 2009) criticando a nova classificação do Qualis por causa de um efeito indireto, supostamente nocivo para os periódicos nacionais, que deriva da vinculação entre a “cláusula de barreira”, a presença de periódicos internacionais e o uso do Qualis como referencial para a distribuição de recursos entre os periódicos nacionais. O raciocínio é o seguinte. A maior parte dos periódicos que compõem os estratos superiores (da Área de Ciência Política) é estrangeira, especialmente norte-americana. Por causa do limite de 20%, ocorre que poucos periódicos nacionais fazem parte dos estratos superiores. E como a classificação no Qualis é o principal

critério considerado no financiamento dos periódicos (entre outras coisas), ocorre que os periódicos nacionais são prejudicados por competirem com periódicos internacionais que não dependem do financiamento público brasileiro. O fundamento da crítica da Revista de Sociologia e Política é, assim, semelhante ao manifesto do Fórum de Saúde Coletiva<sup>18</sup>.

### *II.2.2. Construindo o modelo para a análise dos artigos*

Selecionados os periódicos e os artigos que nos servirão de referência, passamos à análise e classificação propriamente ditas. Lembrando, é preciso identificar a posição teórica que ocupam, a que escola pertencem<sup>19</sup>. Esse ato de classificação é feito buscando nos artigos certas características, especialmente o objeto de estudo e elementos teóricos e metodológicos, que acreditamos serem recorrentes no universo de idéias transmitidas no campo, tendo caráter social, fazendo parte, assim, de posições teóricas do campo. Assim, a partir dessas características, classificamos os artigos como pertencentes a determinadas escolas ou correntes teórico-metodológicas.

Mas para fazer essa classificação precisamos de um modelo das escolas de ciência política, um “esquema” que reúna e codifique as características das escolas a partir do qual iremos interpretar e classificar os artigos que analisarmos. Elaboramos esse modelo a partir da análise de certas referências bibliográficas, que podem ser descrições ou análises críticas sobre a história ou a situação da ciência política ocidental<sup>20</sup>, dos quais extraímos e codificamos dados qualitativos para formar nossa representação teórica das escolas. A bibliografia selecionada como referência é a seguinte: Lipset (1969), Forjaz (1979; 1997), Santos (1980), Lamounier

---

<sup>18</sup> O documento da Rev. de Sociol. e Polit. também contém vários elementos que ilustram a idéia – muito presente no campo acadêmico – que associa prestígio a qualidade acadêmica, referindo-se ao Qualis como principal determinante dessas propriedades, reconhecidas tanto subjetivamente (por meio da avaliação dos agentes) como objetivamente (por meio da concessão de recursos, entre outros).

<sup>19</sup> É preciso considerar a possibilidade de nem todas as tomadas de posição no campo de produção cultural da ciência política fazerem parte de escolas ou correntes teórico-metodológicas. Identificar “escolas” pressupõe que há homogeneidade suficiente entre as idéias de modo que possamos agrupá-las, produto de certa proximidade social (intercâmbio de idéias que são incorporadas e reproduzidas por vários agentes de forma relativamente homogênea). Estamos, contudo, atentos à possibilidade de artigos inclassificáveis, e vamos incluí-los em nosso modelo.

<sup>20</sup> Lembramos que utilizamos, pelos próprios propósitos dessa pesquisa, uma definição lato de “Ciência Política”, qual seja, o estudo erudito e/ou acadêmico dos fenômenos políticos ou das relações de poder. Também somos favoráveis a uma definição mais acurada e necessariamente científica de “ciência política”, mas persiste que o próprio campo ainda não corresponde objetivamente a essa definição, obrigando-nos a nos ajustarmos à realidade do campo (as concepções de ciência política entre aqueles acadêmicos que falam sobre a política ou sobre o poder). Quando falamos em “ciência política”, em de iniciais minúsculas, referimo-nos à prática de estudo da política ou do poder.

(1982), Finifter (1983), Easton (1985), Dryzek e Leonard (1988), Farr (1988), Miceli (1989; 1995; 1999), Almond (1990; 1991), Farr e Seidelman (1993), Quirino (1994), Dryzek, Farr e Leonard (1995), Easton, Gunnell e Stein (1995), Goodin e Hans-Dieter Klingemann (1996), Immergut (1998), Steinmo (2001) Hall e Taylor (2003) e Katznelson e Weingast (2005). Essa bibliografia não é definitiva, podendo ser ampliada.

Temos uma conduta padronizada para analisar as fontes. Com as fontes escolhidas, mobilizamos uma série de instrumentos para extrair da melhor forma que conseguirmos as informações disponíveis. Explicitamo-lo, já que ela pode influenciar nosso modelo das escolas de ciência política. Nós lemos, sintetizamos e fichamos todas as referências. Sublinhamos *todas* as passagens que possam ser úteis aos nossos propósitos. Os sublinhados possuem um significado: eles são sérios candidatos a ser transferidos (seja por transcrição, seja por observações críticas) para os arquivos de síntese e/ou para os índices de idéias e de dados empíricos. Buscamos sublinhar trechos (*i*) que tenham valor como fontes primárias (ou seja, que constituam dados empíricos por si próprios, como, por exemplo, uma polêmica entre acadêmicos que possa vir a ser útil para a pesquisa) ou secundárias (visões ou opiniões sobre a ciência política); (*ii*) que nos forneçam informações indiretas sobre a situação ou a história da Ciência Política, apreendidas e interpretadas ou não pelos autores e (*iii*) que nos forneçam importantes reflexões que possam contribuir para nosso modelo teórico geral e nosso método de análise e pesquisa.

Além da própria leitura e da memória, utilizamos um “fichário”. Esse fichário é composto (*i*) por bancos de arquivos de síntese e (*ii*) por índices de dados empíricos, de “pistas” e de idéias. O banco de arquivos é uma espécie de fichamento; reúne aquilo que vulgarmente se conhece por “fichamentos”, ou seja, textos de resumo, de síntese, de crítica e/ou de mapeamento de idéias. Por exemplo, se apanharmos uma coletânea de textos sobre a história da Ciência Política, como o livro organizado por Bolívar Lamounier (1982), fazemos um arquivo de síntese (documentos de texto) para cada capítulo (os que acharmos apropriados). Cada arquivo desses seria equivalente às “fichas” que os eruditos e acadêmicos<sup>21</sup> do passado utilizavam para organizar seus estudos, mas são em geral mais extensos. O fichário, pois, é composto pelos bancos de arquivos de sínteses (“fichas”) e é indexado numa planilha de

---

<sup>21</sup> Cf., a respeito, o clássico de Umberto Eco, “Como se faz uma tese” (ECO, 1977, p. 81-111).

dados<sup>22</sup>. Já os “índices” são planilhas de dados, uma para dados empíricos e “pistas” de pesquisa e outra para idéias (reflexões pessoais importantes, observações críticas, diretrizes metodológicas etc.), todos derivados da leitura das referências. Os índices organizam e classificam esses elementos, o que facilita a construção de nossas ‘escolas teóricas’, que usaremos como referência para identificar as escolas reais.

O arquivo de síntese possui sempre um “resumo” substantivo, um índice descritivo de tópicos e os tópicos propriamente ditos, que reúnem as informações consideradas pertinentes, os comentários críticos sobre essas informações e outras notas. Os tópicos compõem a estrutura do arquivo, e buscam reunir todas as informações primárias, secundárias e críticas encontradas nas referências.

Sintetizadas e fichadas as referências bibliográficas que utilizamos para construir nossas escolas teóricas, fazemos comparações e buscamos por recorrências, utilizando o fichário e os índices, com o intuito de construir classes. Tais classes nada mais são que padrões verificados nas idéias registradas em nossas referências; padrões entre objetos de estudo, características teóricas e características metodológicas).

Vem daí o modelo das escolas teórico-metodológicas, que utilizaremos para analisar os trabalhos publicados em periódicos e eventos científicos. Se bem sucedido, o método deverá nos fornecer “tipos ideais” das principais escolas da Ciência Política, como “marxismo”, “comportamentalismo”, “neo-institucionalismo”, “culturalismo” etc.; e suas variantes teórico-metodológicas, como “descritivo”, “analítico”, “teórico”, “ensaístico” etc.

Construímos, assim, um modelo das principais escolas ou correntes do campo *a partir do reconhecimento e das categorias do próprio campo*.

### *II.2.3. Analisando os artigos de periódicos e eventos*

Selecionados os periódicos, os artigos, e com o modelo de análise em mãos, buscamos nos títulos, nos resumos, nas palavras-chave, nas introduções e nas conclusões dos artigos analisados aqueles elementos presentes nas classes de nosso modelo. Construímos, então, estatísticas no intuito de mostrar a distribuição da produção acadêmica por escola, na esperança de medir sua *predominância*, e, daí, inferir sua hegemonia. Evidentemente, também estaremos atentos a eventuais correlações.

---

<sup>22</sup> Como as planilhas do programa Excel, da Microsoft.

Lembrando, *acreditamos que a predominância na produção acadêmica veiculada pelos principais periódicos e eventos científicos esteja ligada ou mesmo seja um reflexo da posição hierárquica que determinada “escola” ocupa no campo de produção cultural da Ciência Política brasileira contemporânea*. Presumimos, portanto, que se uma maioria relativa de acadêmicos publicarem artigos, nesses periódicos, orientados segundo determinada escola, ela deve ser hegemônica, pelo menos no sentido que demos a essa palavra.

Por fim, cruzamos os dados de produção acadêmica com a filiação institucional dos cientistas que produziram os artigos (considerando inclusive a sua trajetória), com o intuito de estabelecermos relações entre produção acadêmica e as instituições universitárias. Acreditamos que esse cruzamento permita-nos ter acesso, indiretamente, a outra dimensão da hierarquia da Ciência Política brasileira, a hierarquia institucional.

*Escólio: como evitar o problema da “defasagem” entre as escolas do modelo e as escolas reais*

Como foi até aqui apresentado, nosso modelo de análise dos artigos tem um sério problema de “curto-circuito”. Ele aplica a uma situação histórica (o campo da ciência política brasileira de 2004 a 2008) categorias de percepção baseadas em outras situações históricas (outros campos, de outras épocas e lugares). Vamos descrever melhor esse problema e apresentar nossa solução a ele.

Primeiramente, vamos imaginar o percurso para se chegar até o modelo que temos em mãos. Em primeiro lugar, existem campos determinados de ciência política (digamo-lo:  $c1$ ,  $c2$ ,  $c3...$ ), em determinados locais ( $l1$ ,  $l2$ ,  $l3...$ ), em determinadas situações ( $s1$ ,  $s2$ ,  $s3...$ ) e em determinado tempo ( $t1$ ,  $t2$ ,  $t3...$ ). Por exemplo: o campo da Ciência Política nos Estados Unidos na década de 1950, quando o comportamentalismo ascendia sobre as demais escolas. A seguir, em segundo lugar, temos as análises e interpretações sobre a história ou a situação desses campos. São elas: nossas referências bibliográficas. Elas abordam e baseiam suas análises, descrições e interpretações, pois, em determinadas situações históricas. Em terceiro lugar, temos o modelo das escolas que nós construímos, baseado naquelas referências, baseadas, por sua vez, naquelas circunstâncias. Por fim, temos a análise da produção acadêmica, que é baseada em tudo isso.

Ora, pois: a produção acadêmica brasileira contemporânea faz parte de um campo diferente daqueles que serviram de referência para a bibliografia. Digamos, nosso campo atual é  $c4$ , produto da combinação de  $s1$  e  $s4$ , em  $l5$  (o Brasil, ou mais especificamente São Paulo,

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, por exemplo) e *t4* (2004 a 2008). Isso quer dizer que aplicamos um modelo de escolas a circunstâncias distintas, podendo estar forçando as escolas atuais a se encaixarem no modelo. E assim deixando de perceber escolas eventualmente inexistentes no modelo – pois inexistentes tanto no campo que produziu as referências bibliográficas como no campo a que essas referências se referem – ou percebendo distorcidamente as escolas atuais.

Propomos uma saída para esse problema, resumida em três passos. O primeiro consiste em não separar rigidamente as referências para a construção do modelo (as referências bibliográficas) das referências que são nosso objeto de análise (os artigos dos periódicos e eventos científicos), isto é, vamos tratar os artigos que analisamos como novas páginas da história da Ciência Política, como novas referências para (re)construir o modelo. O segundo, ligado ao primeiro, consiste em usarmos nosso modelo como um *referencial comparativo* da produção acadêmica brasileira atual: em função das semelhanças e diferenças que percebermos entre nosso modelo e a produção atual, ajustamos o modelo às novas circunstâncias. O terceiro, ligado aos dois primeiros, consiste em considerar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea como um campo (formado por uma determinada combinação de fatores) que faz parte de um campo maior de ciência política, composto também pelos campos que nossa bibliografia analisou e pelos campos que produziram essa própria bibliografia. Afinal de contas, a ciência política brasileira não está num casulo histórico, pelo contrário, está ligada a outras e, inclusive, foi influenciado por ciências políticas de outros tempos.

Trata-se, pois, de integrar nosso campo a um campo de Ciência Política de dimensão global – inclusive diacrônica –, retroalimentando nosso modelo e tornando-o desta forma, em teoria, mais próximo da realidade. Logicamente, a riqueza e a precisão do modelo ainda dependem de termos escolhido as referências certas, e numa quantidade razoável – o que exige tempo.

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de institucionalização da Ciência Política brasileira e o aumento de sua autonomia cultural e institucional devem ser acompanhados de reflexões sobre sua história, de análises da situação de sua produção acadêmica e da estrutura dos programas de pós-graduação. Conhecer as características acadêmico-intelectuais e a estrutura institucional da disciplina é que os cientistas políticos tenham controle sobre ela. Além disso, objetivar nossa própria prática

científica é uma das melhores formas de suprimirmos parte dos entraves metodológicos causados pela confusão do observador e de seu objeto nas ciências humanas.

Nesse sentido, apresentamos um método para analisar a situação da produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea. Nosso foco de atenção reside em identificar as “escolas” ou correntes teórico-metodológicas “hegemônicas”, isto é, aquelas que predominarem nos principais periódicos e eventos científicos da área. Queremos fazer isso para, a seguir, identificar as frações superiores da hierarquia institucional (as instituições hegemônicas). Nossa esperança é descobrir relações e correspondências entre a produção acadêmica e as instituições acadêmicas, partindo de suas frações hegemônicas. Trata-se de um passo importante num esforço global de identificar a situação da Ciência Política brasileira e de, talvez, contribuir para seu entendimento mais profundo, esclarecendo possíveis causas. Acreditamos que isso seja uma condição para a maturidade científica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABCP.** 2009. Notas sobre a reunião a respeito da avaliação institucional da Capes, realizada em Belo Horizonte, 27 de julho de 2009. *Boletim ABCP*, ago.-set., p. 4.

**ALMOND**, Gabriel. 1990. *A Discipline Divided*. Newbury Park, Cal. : Sage Publications.

\_\_\_\_\_. 1991. Political Science : The History of the Discipline. In : GOODIN, Robert E. & KLINGEMANN, Hans-Dieter. (eds.). *A New Handbook of Political Science*. New York : Oxford University Press.

**BOURDIEU**, Pierre. 2004. *Science of Science and Reflexivity*. Cambridge : Polity Press.

\_\_\_\_\_. 2003b. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo : UNESP.

**CABRAL**, Manuel V. 1982. História e política nas ciências sociais portuguesas, 1880-1980. In : LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília : UNB, p. 251-280.

**CALVERT**, Randall. 1993. Lowi's Critique of Political Science : a Response. *Political Science & Politics*, v. 26, n. 2, June, p. 196-198.

**CAPES. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** 2008. Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008. Instrução/DAV n. 05/2008, 6.mai.

\_\_\_\_\_. 2009a. Planilhas Específicas. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/PlanilhasEspecificasServlet> Acesso em : 24.set.2009.

\_\_\_\_\_. 2009b. Caderno de Indicadores. Disponível em : <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet> Acesso em : 24.set.2009.

\_\_\_\_\_. 2009c. *Qualis 2009. Perguntas Mais Frequentes*. Disponível em : [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FAQ\\_Qualis.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FAQ_Qualis.pdf) Acesso em : 14.set.2009.

\_\_\_\_\_. 2009d. *WebQualis*. Disponível em : <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/> Acesso em : 14.set.2009.

\_\_\_\_\_. 2009e. *Tabela de Áreas de Conhecimento*. Brasília : Ministério de Ciência e Tecnologia. Disponível em : <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> Acesso em : 15.set.2009.

**CNPq**. 2009. Plano Tabular. Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em : <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em : 24.set.2009.

**COLLINI**, Stefan; **WINCH**, Donald & **BURROW**, John. 1983. *That Noble Science of Politics : A Study in Nineteenth-century Intellectual History*. Cambridge : Cambridge University Press.

**DRYZEK**, John S. & **LEONARD**, Stephen. T. 1988. History and Discipline in Political Science. *The American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1245-1260. [Obs.: esse artigo também foi publicado em Easton, Gunnell e Stein (1995).]

**DRYZEK**, John S.; **FARR**, James & **LEONARD**, Stephen T. (eds.). 1995. *Political Science in History*. Cambridge : Cambridge University Press.

**EASTON**, David. 1985. Political Science in the United States: Past and Present. *International Political Science Review*, v. 6, n. 1, Jan., p. 133-152.

**EASTON**, David.; **GUNNELL**, John G. & **STEIN**, Michael. (eds.). 1995. *Regime and Discipline : Democracy and the Development of Political Science*. Ann Arbor : University of Michigan Press.

**FARR**, James. 1988. The History of Political Science. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 4, Nov., p. 1175-1195.

**FARR**, James & **SEIDELMAN**, Raymond. (eds.). 1993. *Discipline and History: Political Science in the United States*. Ann Arbor : The University of Michigan Press.

**FINIFTER**, Ada (ed.). 1983. *Political Science: the State of the Discipline*. Washington, D.C. : The American Political Science Association.

**FORJAZ**, Maria C. S. 1979. De como a “autonomia do político” aprisionou os cientistas sociais brasileiros. *Cadernos de Opinião*, n. 14.

\_\_\_\_\_. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil : aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev.

**FÓRUM DE COORDENADORES DE PÓS EM SAÚDE COLETIVA**. 2008. *Nota do fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em saúde coletiva sobre o novo*

*Qualis Periódicos*. Documento gerado a partir de discussões realizadas no Fórum de Coordenadores de de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Vitória, 2.out.

**GOODIN**, Robert E. & **KLINGEMANN**, Hans-Dieter. (eds.). 1996. *A New Handbook of Political Science*. New York : Oxford University Press.

**HALL**, Peter A. & **TAYLOR**, Rosemary C. R. 2003. As três versões do neo-institucionalismo. *In : Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 194.

**IMMERGUT**, Ellen M. 1998. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, v. 26, n. 1, p. 5-34.

**JANOS**, Andrew C. 1986. *Politics and Paradigms : Changing theories of Change in the Social Sciences*. Sanford : Stanford University Press.

**KARL**, Barry. 1974. *Charles E. Merriam and the Study of Politics*. Chicago : University of Chicago Press.

**KATZNELSON**, Ira & **WEINGAST**, Barry R. 2005. Preferences and Situations: Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism.

**KRESS**, Paul F. 1973. *Social Science and the Idea of Process : The Ambiguous Legacy of Arthur F. Bentley*. Urbana : University of Illinois Press.

**LAMOUNIER**, Bolívar. (org.). 1982. *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília : UNB.

**LIPSET**, Seymour M. 1969. *Politics and the Social Sciences*. New York : Oxford University Press.

**LOWI**, Theodore. 1973. The Politicization of Political Science. *American Politics Research*, n. 1, p. 43-71.

\_\_\_\_\_. 1992. The State in Political Science : How We become What We Study. *American Political Science Review*, v. 86, n. 1, p. 1-7.

\_\_\_\_\_. 1993a. A Review of Herbert Simon's Review of My View of the Discipline. *Political Science and Politics*, v. 26, n. 2, p. 196-198.

\_\_\_\_\_. 1993b. Response to Critiques of Presidential Address. *Political Science and Politics*, v. 26, n. 3, p. 539.

**MURRAY**, Robert H. 1925. *The History of Political Science from Plato to the Present*. New York : Appleton.

**QUIRINO**, Célia. 1994. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 32.

**REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**. 2009. Documento da Revista de Sociologia e Política apresentando sua perspectiva a respeito de algumas questões conexas da produção científico-editorial recente. Documento apresentado 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio da Janeiro, 22.jul.

**RICCI**, David. 1984. *The Tragedy of Political Science*. New Have : Yale University Press.

**SANTOS**, Wanderley G. 1980. A Ciência Política na América Latina. *Dados*, v. 23, n.1.

**SCIELO**. 2009. Relatórios do periódico. Disponível em :

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0011-5258> (Dados);

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0102-6909> (Rev. Bras. Ci. Soc.);

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0104-6276> (Opin. Publica);

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0104-4478> (Rev. Sociol. Polit.);

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0102-6445> (Lua Nova);

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0101-3300> (Novos estud.). Acesso em : 24.set.2009.

**SEIDELMAN**, Raymond & **HARPHAM**, Edward. 1985. *Disenchanted Realists : Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany : State University of New York Press.

**SIMON**, Herbert A. 1993a. The State of American Political Science: Professor Lowi's View of our Discipline. *Political Science & Politics*, v. 26, n. 1, Mar., p. 49-51.

\_\_\_\_\_. 1993b. Reply to the Letter of Professor Lowi Kindly Wrote Me. *Political Science and Politics*, v. 26, n. 3, p. 539.

**SOMIT**, Albert & **TANENHAUS**, Joseph. 1967. *The Development of American Political Science : From Burgess to Behavioralism*. Boston : Allyn and Bacon.

**STEINMO**, Sven. 2001. The New Institutionalism. In : CLARK, Barry & FOWERACKER, Joe. *The Encyclopedia of Democratic Thought*. London : Routledge.

**URICOECHEA**, Fernando. 1982. Institucionalização da Ciência Social na Colômbia. In : LAMOUNIER, Bolívar. *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília : UNB, p. 343-356.

**WEBER**, Max. 1949. *Methodology of the Social Sciences*. Glencoe : The Free Press.